ISSN: 2358-8829

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS CONTEXTUALIZADAS NA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA: ENTRE SABERES TRADICIONAIS E CURRÍCULO OFICIAL

Iris Rodrigues dos Santos[1]

Fábio Machado de Oliveira[2]

INTRODUÇÃO

A Educação Escolar Quilombola constitui uma modalidade da educação básica que deve reconhecer as identidades, as memórias, os territórios e os modos de vida das comunidades remanescentes de quilombos. Nesse contexto, a escola tem o compromisso de valorizar as tradições e os conhecimentos construídos coletivamente, articulando-os aos conhecimentos sistematizados no currículo. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola orientam que as propostas pedagógicas considerem as especificidades históricas, culturais, sociais e territoriais dessas comunidades (Brasil, 2012).

Os saberes comunitários abrangem práticas agrícolas, conhecimentos sobre o território e a alimentação, histórias orais, manifestações culturais, religiosidade e formas de organização social. Quando esses conhecimentos são reconhecidos no espaço escolar, podem contribuir para aprendizagens significativas e para o fortalecimento do pertencimento dos estudantes. Munanga (2005) destaca a importância de enfrentar desigualdades e valorizar as identidades negras, enquanto Freire (1996) defende uma prática educativa que dialogue com a realidade concreta dos sujeitos.

Apesar dos avanços normativos, persistem desafios para que os currículos escolares dialoguem efetivamente com as realidades quilombolas. Entre eles, destacam-se a formação docente insuficiente, a falta de materiais contextualizados e a participação ainda limitada das comunidades em decisões pedagógicas. Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar a importância das práticas pedagógicas contextualizadas na Educação Escolar Quilombola, considerando a relação entre saberes tradicionais e currículo oficial. O estudo adota abordagem qualitativa e pesquisa bibliográfica, com análise de produções acadêmicas e documentos normativos sobre o tema.

[1]Mestranda em Ciências da Educação pela Universidad Autónoma de Asunción (UAA), Paraguai. E-mail: irisrodrigues380@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0009-0009-5232-8618.

[2]Doutor em Cognição e Linguagem/Interdisciplinar; Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: fabiomac@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1336-2994.

ISSN: 2358-8829

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e documental. Foram considerados livros, artigos científicos e documentos normativos relacionados à Educação Escolar Quilombola, ao currículo, à interculturalidade e à valorização dos saberes tradicionais. A seleção das fontes orientou-se pela pertinência temática e por sua contribuição para compreender a relação entre conhecimentos comunitários e conteúdos escolares. Entre os documentos analisados, destaca-se a Resolução CNE/CEB nº 8/2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

O material foi examinado por meio de leitura interpretativa, organização temática e comparação das contribuições dos autores. A análise foi estruturada em três eixos: valorização dos saberes tradicionais; articulação entre currículo oficial e realidade sociocultural; e desafios para a implementação de práticas contextualizadas. Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica e documental, os resultados apresentados correspondem à síntese interpretativa das fontes consultadas, não a dados empíricos coletados diretamente com estudantes, docentes ou membros da comunidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura e dos documentos normativos permitiu organizar a discussão em três eixos. O primeiro diz respeito à valorização dos saberes tradicionais como parte legítima do processo educativo. Esses conhecimentos são produzidos e transmitidos entre gerações e mantêm relações com a memória coletiva, o território, as práticas culturais e a identidade comunitária. Arruti (2014) contribui para compreender a formação histórica e social das comunidades quilombolas, enquanto Gomes (2017) destaca a relevância dos saberes construídos nas lutas por emancipação. Sua presença no currículo pode enfrentar processos históricos de invisibilização e ampliar o reconhecimento das contribuições afro-brasileiras.

A contextualização pedagógica não significa substituir o conhecimento científico pelos saberes locais, mas estabelecer diálogo entre diferentes formas de conhecer. Histórias orais, práticas agrícolas, alimentação, festas, expressões artísticas e conhecimentos sobre o território podem constituir pontos de partida para atividades interdisciplinares em diferentes componentes curriculares. Essa aproximação precisa ser realizada com participação comunitária e respeito aos significados atribuídos pelos próprios sujeitos aos seus conhecimentos. Na perspectiva de Freire (1996), o diálogo com a realidade dos educandos é parte constitutiva de uma educação crítica e significativa.

ISSN: 2358-8829

O segundo eixo refere-se à articulação entre currículo oficial e realidade sociocultural. Um currículo contextualizado não deve ser entendido como um conjunto de atividades pontuais em datas comemorativas, mas como orientação contínua do planejamento, dos materiais didáticos, das metodologias e da avaliação. Arroyo (2013) compreende o currículo como território de disputas, o que ajuda a problematizar quais conhecimentos são legitimados no espaço escolar e quais são historicamente marginalizados. Assim, o planejamento pedagógico precisa relacionar os objetivos curriculares às experiências, à história e às necessidades da comunidade, sem reduzir a identidade quilombola a representações estereotipadas ou homogêneas.

A perspectiva intercultural também exige reconhecer as desigualdades que atravessam as relações entre grupos e formas de conhecimento. Candau e Russo (2019) discutem tensões e propostas da educação intercultural na América Latina, oferecendo subsídios para pensar práticas que ultrapassem a simples celebração da diversidade. A participação de lideranças, pessoas mais velhas e detentores de saberes tradicionais pode fortalecer o vínculo entre escola e comunidade, desde que essa participação seja construída de maneira respeitosa e não apenas simbólica.

O terceiro eixo reúne desafios para a implementação dessas práticas. A literatura analisada aponta a necessidade de formação inicial e continuada que contemple história e cultura afro-brasileira, relações étnico-raciais, interculturalidade e diretrizes específicas da Educação Escolar Quilombola. Também são necessários materiais didáticos contextualizados, condições adequadas de trabalho e políticas públicas consistentes. Sem essas condições, a responsabilidade pela contextualização pode recair isoladamente sobre professores, limitando a continuidade das ações. A implementação das diretrizes requer, portanto, articulação entre sistemas de ensino, equipes escolares e comunidades.

Em síntese, os textos analisados convergem na compreensão de que práticas contextualizadas podem fortalecer o pertencimento, ampliar a participação dos estudantes e tornar o currículo mais conectado ao território. Contudo, esses efeitos não devem ser presumidos como automáticos: dependem de planejamento, formação, recursos, diálogo comunitário e acompanhamento das ações. A educação quilombola exige que a diversidade seja incorporada à organização cotidiana do trabalho pedagógico e às decisões institucionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise bibliográfica e documental evidencia que a valorização dos saberes tradicionais e sua articulação com o currículo oficial são dimensões importantes para a

construção de práticas pedagógicas contextualizadas na Educação Escolar Quilombola. O diálogo entre conhecimentos comunitários e científicos pode contribuir para reconhecer identidades, preservar memórias coletivas e promover aprendizagens relacionadas à realidade dos estudantes. Para isso, a contextualização precisa atravessar o planejamento e as práticas escolares, não se restringindo a ações isoladas.

Entre os principais desafios estão a formação específica dos profissionais, a disponibilidade de materiais adequados, o fortalecimento das políticas públicas e a participação efetiva das comunidades nas decisões educacionais. Conclui-se que a implementação de uma educação quilombola comprometida com a interculturalidade e a justiça social depende de ações contínuas e coletivas. Como limite deste estudo, destaca-se seu caráter bibliográfico e documental; pesquisas empíricas futuras poderão investigar como essas orientações se concretizam no cotidiano de escolas quilombolas, considerando as perspectivas de educadores, estudantes e lideranças comunitárias.

Palavras-chave: Educação quilombola; Práticas pedagógicas; Saberes tradicionais; Currículo escolar; Interculturalidade.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Currículo, território em disputa. Petrópolis: Vozes, 2013.

ARRUTI, José Maurício. Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru: EDUSC, 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília, DF: CNE, 2012.

CANDAU, Vera Maria; RUSSO, Kelly Cristina. Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2019.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.